

Relatório do Fórum de Coordenadores da Área da Saúde Coletiva- 2007

Data: 13 e 14 de março de 2007
Local: Brasília, prédio da Capes
Representante de Área: Alúcio J. D. Barros
Representante Adjunto: Ricardo Santos Ventura

Relatores: Elizabeth Artmann (ENSP)
Maria Teresa Anselmo Olinto (UNISINOS)

Pauta Proposta

Data: 13/março

10:30 – 13:00

Abertura - Guilherme Werneck e Aluisio Barros

Panorama geral - Processo de avaliação e tendências observadas na avaliação parcial - Ricardo V Santos e José A. Gomes Arêas

14:00 – 18:00

Proposta de qualificação de livros e capítulos de livros – Guilherme Werneck e Aluisio Barros

Proposta de avaliação do Mestrado Profissional – Elizabeth Artmann e Ricardo V. Santos

Data: 14/março

8:30 – 12:30 - Estratégias inovadoras na PG em Saúde Coletiva

Experiência de consórcios de pesquisa – Ana Maria B Menezes - UFPel

Debate e discussão de experiências de outros programas

13:30 – 16:00 – Consolidação das propostas, deliberações e agendamento da próxima reunião

13/03 - Manhã

Na abertura, Aluisio Barros, representante da Área de Saúde Coletiva na Capes, referiu a importância desta reunião por estarmos num ano de fechamento de triênio. Ricardo Ventura e José Arêas destacaram questões relevantes do processo de avaliação:

- o ensino como a dimensão importante que deveria entrar na avaliação;
- a área se caracteriza hoje por ter mais de 50% de PPG com nota 3, uma quantidade razoável de programas com nota 5, apenas três com nota 6 e nenhum com nota 7. Essa distribuição é questionável pela importância da área no que se refere à ciência e tecnologia no país; há necessidade de um deslocamento para a “direita”;
- necessidade de evitar disparidades entre a ficha de avaliação e o consolidado; no relatório Capes deve-se destacar a estrutura curricular, disciplinas obrigatórias, as atividades extra-curriculares dos docentes e inserção dos egressos, etc, o que facilita o

entendimento pelo comitê avaliador da lógica do PPG e como se articula com a grande área. Enfatiza-se a importância de trazer várias informações sobre o Programa. Além da excelência acadêmica, também inserção social e colaboração com o SUS;

- em relação aos cursos novos, a área tem recebido muitas propostas de Mestrado Profissional que não são da área. Destaca-se a necessidade de uma ficha de avaliação específica para os MP, tema ao qual será dedicada parte da pauta deste Fórum.
- a produção em livros é hoje considerada absolutamente fundamental. Dependendo do perfil do Programa, essa produção representa desde 11% até 50% em livros (dois programas), embora na grande maioria dos Programas não exceda a 1/3 da produção total. Isto nos ajuda a refletir sobre que critérios devemos utilizar – somos diferentes da antropologia. Por isso, neste Fórum foi reservado um espaço específico para essa discussão. O grande desafio é avaliar o livro sem abri-lo, pensar critérios de comparação com avaliação de periódicos.
- Outro grande desafio seria pensar não só os docentes, mas o programa como unidade de análise. Como levar em consideração programas com características específicas.

Foram destacadas, ainda, as diferenças regionais e o incentivo por parte da Capes a parcerias e intercâmbios entre PPG na área da saúde (apoio a norte-nordeste, PPG com nota inferior) buscando-se a desconcentração geográfica como estratégia de atuação na ciência e tecnologia, com especial ênfase na formação de recursos humanos, principalmente, nas regiões norte, nordeste e centro-oeste. A possibilidade de associação entre diversas instituições para criação de programas num futuro próximo é considerada importante estratégia para a expansão da Saúde Coletiva e C&T nas áreas carentes como a região amazônica por exemplo.

Do debate que se seguiu, destacam-se alguns comentários, críticas e sugestões:

- De forma geral observa-se para a próxima avaliação uma flexibilização na proporção de colaboradores/permanentes, conseqüente à recomendação de que maioria das orientações dos discentes e as demais atividades fundamentais da pós-graduação sejam executadas pelo corpo docente permanente.

- A comparação das notas de avaliação no último triênio com as outras áreas mostra que a área da saúde tem a maior concentração de programas notas 3 “somos tão ruins ou o problema está no termômetro utilizado?”

- Foram tiradas dúvidas sobre a ficha de avaliação.

- Destacou-se a importância de se ter bons critérios de avaliação, pois estamos dentro da área da saúde e não queremos sair; flexibilizar demais poderia nos levar para a área multidisciplinar; ter parâmetro alto é muito bom.

- Apontou-se o risco de um círculo vicioso no credenciamento e descredenciamento de docentes em geral, ou seja, na classificação dos programas – aqueles com nota 3 recebem menos bolsas e menos incentivos institucionais que prejudicam a sua ascensão. A dificuldade de contrabalançar orientação/produção/aula/inserção nas atividades da pós-graduação na atuação docente, lembrando-se o próprio comentário da mesa sobre a importância de se valorizar a dimensão do ensino na avaliação.

- Foi lembrada a missão social da área. O processo de construção do SUS ajuda a compreender a avaliação. O processo de avaliação tem uma racionalidade, mas deve se olhar para a diversidade e complexidade, propondo-se indicadores próprios para captá-las.
- O grande desafio é ter parâmetros e criar critérios adequados. Salientou-se que a ficha de avaliação tem sido vital para a área.
- Será disponibilizado, para o grupo, o arquivo com a lista atualizada dos Qualis.
- Corpo docente: flexibilizou-se a participação dos docentes na categoria permanentes (docentes com vínculo/sem vínculo, bolsistas, aposentados, etc.) com o limite de, no mínimo, 60% dos docentes permanentes com vínculo e dedicação integral. Alguns cursos estavam tendo uma participação muito grande de colaboradores. Se for um bom docente, um bom orientador, porque não estar no corpo de docentes permanentes. O importante é que cerca de 80% dos alunos sejam orientados pelos docentes permanentes. Em geral a maioria dos PPG em nossa área tem menos de 5% dos orientandos na mão de colaboradores.
- Cada PPG pode ter seus critérios de classificação, mas deve haver critérios claros para credenciamento e descredenciamento;
- Sobre a dupla militância dos docentes: a grande área da saúde definiu um docente permanente não pode participar em mais de um PPG, a não ser que seja localizado no mesmo campus.

1303 – Tarde

Como previsto na pauta foram apresentadas:

- 1) por Guilherme Werneck a proposta para qualificação de livros e capítulos de livros, resultante do trabalho da Comissão formada no Fórum de Coordenadores de 2006 e
- 2) por Elizabeth Artmann a proposta para Ficha de Avaliação específica para o Mestrado Profissional, resultado também do trabalho da comissão constituída no Fórum de Coordenadores de 2006 para tal fim.

Ambas as propostas foram discutidas levantando-se pontos a serem retomados e aprofundados no dia seguinte para os devidos encaminhamentos. Para fins deste relatório, a discussão completa e os encaminhados dados estão sistematizados por tema.

Proposta Qualis-livro (tarde do dia 03 e manhã e tarde do dia 04)

Discutiu-se a proposta para qualificação de livros e capítulos de livros. Foi apresentada por Guilherme Werneck a proposta para o Qualis-livro, resultado da comissão criada no Fórum do ano passado. Tal comissão constituiu-se de 3 membros permanentes Profs. Guilherme Werneck (IMS/UERJ); Profa. Maria Lúcia Bosi (DSC/UFC) e Prof. Sergio Rego (FIOCRUZ), contando, ainda com os nomes das profas. Madel Luz (IMS/UERJ) e Rita Barradas (USP), igualmente indicadas mas que, devido a outras representações e demandas, se dispuseram a contribuir de forma não presencial, oferecendo material de referência e, ao final, participando da finalização da proposta delineada pelos demais membros.

Coube à coordenação de Pós-graduação da ENSP/FIOCRUZ o apoio decisivo através da contratação de um profissional que realizasse a compilação dos dados informados pelas coordenações do curso no período 2002-2004 – último triênio – material do qual o grupo partiu para a elaboração da proposta aqui apresentada.

Detalhamento dos critérios da proposta inicial:

A- Internacional

Produtos com ISBN

Editoras Universitárias filiadas a ABEU, com conselho editorial, com um mínimo de 6 ocorrências distintas (ISBN diferentes) no conjunto de publicações de docentes da área no último triênio.

Editoras comerciais nacionais, com conselho editorial, com tradição de publicação de livros científicos com um mínimo de 6 ocorrências distintas (ISBN diferentes) no conjunto de publicações de docentes da área no último triênio.

Editoras científicas/universitárias, com conselho editorial, de tradição no campo e situadas no exterior.

B- Internacional

Produtos com ISBN

Editoras Universitárias filiadas a ABEU com conselho editorial, com 3 a 5 ocorrências distintas (ISBN diferentes) no conjunto de publicações de docentes da área no último triênio.

Editoras comerciais nacionais, com conselho editorial, com 3 a 5 ocorrências distintas (ISBN diferentes) no conjunto de publicações de docentes da área no último triênio.

C- Internacional

Produtos com ISBN

Editoras Universitárias filiadas a ABEU com conselho editorial, com 2 ocorrências distintas (ISBN diferentes) no conjunto de publicações de docentes da área no último triênio.

Editoras comerciais nacionais, com conselho editorial, com 2 ocorrências distintas (ISBN diferentes) no conjunto de publicações de docentes da área no último triênio.

Editoras científicas/universitárias, com conselho editorial, de circulação sem tradição internacional na área e situadas no exterior.

A – Nacional

Produtos com ISBN

Demais Editoras Universitárias filiadas a ABEU com conselho editorial.

Editoras comerciais nacionais que se dedicam preferencialmente à publicação de livros técnicos/didáticos, com no mínimo 3 ocorrências distintas (ISBN diferentes) no conjunto de publicações de docentes da área no último triênio.

B – Nacional

Produtos com ISBN

Editoras Universitárias não filiadas a ABEU e Editoras Universitárias sem conselho editorial;

Editoras comerciais nacionais que se dedicam preferencialmente à publicação de livros técnicos/didáticos, com menos de 3 ocorrências distintas (ISBN diferentes) no conjunto de publicações de docentes da área no último triênio. Editoras vinculadas a Sociedades de Especialistas, conselhos ou associações profissionais

C – Nacional

Produtos com ISBN

Editoras comerciais sem conselho editorial.

A- Local

Publicações *sem* ISBN.

A comissão trouxe uma nova proposta para discussão. Partiu-se dos critérios de classificação de editoras, do mais simples aos mais complexos: ter ISBN, ter ampla circulação, ter um número determinado de publicações na área, possuir conselho editorial. Alguns dados foram considerados como, por exemplo, o fato de que 45% da produção encontra-se concentrada em 10 editoras. Sugeriu-se que estas 10 editoras fossem incluídas no primeiro grupo, valendo Internacional A, o que foi debatido amplamente, considerando-se os critérios, inclusive o peer review.

Proposta de Qualis Livros – março de 2007

Editoras estrangeiras	Livro	Capítulo
1. Grande circulação e renome	Int-A	Int-B
2. Circulação restrita	Int-C	Nac-A
Editoras nacionais		
3. Conselho editorial e ISBN e registro da editora na ABBEU, CBL ou SNEL	Int-C	Nac-A
4. Editoras “top” nacionais (identificar lista aprox. 5-10 editoras)*** --> existência de sistema de parecer na apreciação editorial e circulação nacional e tradição de publicação na área da saúde coletiva	Int-A	Int-B
	Resultados de pesquisa teórica ou de base empírica não publicados previamente**	

- A produção qualificada em livros e capítulos poderá compor até 1/3 da produção dos docentes permanentes do programa.

- Novas edições serão consideradas livros novos, enquanto que reimpressões e traduções não serão contabilizadas com novas contribuições.

** Materiais de divulgação científica e de natureza didática devem ser apresentados na produção técnica. O mesmo se aplica para traduções.

Houve uma intensa discussão sobre o tema, destacando-se:

- Dúvidas: como compor se a produção de livros exceder a 1/3, limite sugerido para consideração desta produção? Como aferir se o livro traz resultado de pesquisa original e como verificar se os resultados de pesquisa não foram publicados antes em outro meio de publicação? Novas edições são consideradas novas produções? Como contar coletâneas, etc. Como contar livros e capítulos quando o autor é o mesmo? As teses disponibilizadas tiram o ineditismo? Porque as produções de editoras como OPAS, Ministério da Saúde, Unesco não são contempladas? Qual será o critério utilizado para selecionar as editoras top? Como considerar as editoras estrangeiras?

- Ressaltou-se que tese/ dissertação on-line não é publicação, trata-se apenas publicização;

- Necessidade de rever a lista das editoras incluindo as estrangeiras de renome;
- Afirmou-se o avanço desta proposta com relação à da avaliação anterior:
 - 1) anterior 25 % da produção do docente, agora 1/3 da produção do PPG
 - 2) os livros com ISBN estavam com Qualis Nacional A e agora como Intern C
- Defendeu-se que agora não é o momento de tentar classificar as produções da OPAS, Unesco, MS que não seguem os critérios definidos para a qualificação de editoras e que devem permanecer ainda como produção técnica;
- Foram sugeridas inclusões de outras editoras universitárias na lista das editoras consideradas padrão-ouro.
- Foi comentado que ninguém publica um livro por ano, sendo delicada a situação de delimitar a produção em livros;
- Uma nova edição revista e atualizada não pode ter o mesmo peso da primeira edição da proposta original, mas pode contar alguma coisa;
- Discutiu-se a questão da pesquisa original: resultados não representam só o quantitativo; a pesquisa teórica também pode ser original. O peer review pode ajudar a conferir a originalidade.
- A proposta representa um grande *upgrade* em relação à avaliação anterior; O PPG fica limitado a 1/3, mas o docente pode ter toda sua produção em livros;
- Levantou-se que a avaliação dos livros não deveria conflitar com O CNPQ;
- Apontou-se que o CNPq avalia o pesquisador e a CAPES avalia o PPG, considerando que a produção não pode ser concentrada em poucos docentes; a avaliação que temos está bastante criteriosa; se forem incluídos os critérios de classificação de editoras fica muito bem;
- Deve-se pensar de forma mais criteriosa sobre o conjunto das editoras a serem padrão-ouro; qualis I A é o filé mignon da produção; sugeriu-se destacar as editoras Hucitec e Fiocruz das demais editoras do primeiro grupo classificadas como Internacional A, pois para seguir os critérios do Qualis-periódicos, além de corpo editorial, deveria haver avaliação pelos pares. Como considerar as editoras comerciais no mesmo patamar? Para ser considerada Internacional A deveria ter *peer review*; defendeu-se que se não tivermos critérios rigorosos será difícil que a proposta seja aceita e respeitada pelo CTC e pela grande área, da qual fazemos parte;
- O critério 1/3 da produção em livros justifica-se pelo conjunto da área, está em torno da média; é importante um limite lembrando que há um grande poder indutivo num critério; ou seja, é uma salvaguarda para a própria área – num caso extremo todo PPG passa a publicar livro. Lembra que há uma enorme variabilidade nas editoras para os critérios de publicação; as editoras apresentadas devem ser repensadas, ou seja, separar o filé mignon entre as boas;

Encaminhamentos

Sobre a proposta Qualis-livro foram feitos os seguintes encaminhamentos:

- utilização da proposta da comissão, com os ajustes para classificar as editoras considerando peer review já na avaliação deste ano; depois avaliar as falhas, que poderão surgir com o trabalho da comissão e aperfeiçoar a proposta;
- Guilherme Werneck e Ricardo Ventura farão a revisão desta proposta que será utilizada nesta avaliação devendo o trabalho da comissão continuar no sentido de seu aperfeiçoamento;
- considerar as questões: 1) contar coletânea de alguma forma; 2) material de divulgação científica e material didático não deve ser pontuado; 3) o sucesso do livro está muito ligado a re-impressão, na maioria das vezes;
- incluir uma nota explicando como eram os critérios na avaliação anterior e como estão hoje.

Ficha de Avaliação Específica para Mestrado Profissional

(síntese das discussões dos dias 03 e 04 de março)

Foi apresentada por Elizabeth Artmann (ENSP) a proposta de Ficha de Avaliação do Mestrado Profissional, resultante do trabalho da comissão constituída no Fórum de Coordenadores de 2006 que acabou discutida e finalizada por: Carlos Machado de Freitas (ENSP/Fiocruz), Rita Barata (Santa Casa-USP) e Elizabeth Artmann (ENSP). Foram incorporadas também propostas tiradas de uma reunião com todos os mestrados profissionais da Fiocruz.

A nova ficha, semelhante à Ficha de Avaliação Acadêmica, toma como referência as recomendações do CTC e também a Portaria 080 que regula o MP.

Traz propostas de modificações nos pesos dos itens, valorizando mais (peso 35) a produção técnica, justificada pelo perfil desta modalidade de mestrado, o item inserção social que passa a ter peso 20, ao invés de 10 como no Acadêmico.

Outra modificação importante refere-se ao quesito corpo docente (Formação: titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência), onde se propõe que uma parcela desse quadro possa ser constituída de profissionais de qualificação e experiência inquestionáveis em campo pertinente ao da proposta do curso, referendado pela portaria 080 do MP no seu Artigo 2º nos seus itens B e C. Particularmente no que se refere ao item considerou-se também importante que na composição do corpo de docentes considere-se que uma parcela de até 30% dos docentes permanentes (mestres e doutores) apresentem qualificação e experiência inquestionáveis em campo pertinente ao da proposta do curso e que se destaque por sua produção técnico-profissional decorrente de atividades de pesquisa, extensão e serviços prestados (conforme previsto no parágrafo 2 do Artigo 4 da Portaria 080) com e para os serviços de saúde. Considerou-se também que uma parcela de até 20% do total de docentes do curso, mesmo não possuindo o título de doutor (docentes colaboradores ou visitantes) possam atuar em regime parcial e ter sua experiência e prática junto e para os serviços de saúde reconhecida e valorizada para atividades de docência e como segundo orientador no MP, pois estes docentes, com inquestionável experiência no campo da Saúde Coletiva são vitais para a formação e condução dos trabalhos nesta modalidade distinta do Mestrado Acadêmico. É importante

valorizar a participação dos docentes em pesquisa e desenvolvimento de projetos estratégicos para o SUS e C&T, que resultem na melhoria dos aspectos operacionais dos serviços de saúde no país (projetos de pesquisa operacional).

Com relação às publicações qualificadas do Programa por docente permanente a Comissão propôs que a classificação adotada para os artigos deve ser a mesma para o acadêmico, considerando que a orientação para os serviços de saúde no país da produção oriunda do MP deve se refletir em igual valorização, de modo que haja uma equivalência em termos de percentuais entre a produção em Qualis Internacional e Qualis Nacional. Para o caso de livros e capítulos fazemos uma sugestão imediata que se considere e valorize a produção oriunda de órgãos internacionais e nacionais, ficando assim:

- Publicações de organismos internacionais (OMS, OPAS, PNUMA, OIT, etc.) = Qualis Internacional A
- Publicações do Ministério da Saúde = Qualis Nacional A
- Publicações de Secretarias Estaduais de Saúde = Qualis Nacional B
- Publicações de Secretarias Municipais de Saúde = Qualis Nacional C

A Comissão considerou, ainda, que para o MP deve-se ter outra forma de avaliar a qualidade das dissertações que não esteja restrita às publicações. A sugestão é que possa se ampliar a incorporação da produção técnica e o desenvolvimento de “produtos” gerados a partir da dissertação de MP que estejam relacionados ao processo de trabalho nos serviços de saúde. Uma sugestão é contar não só com as publicações na forma de artigos, livros e capítulos, mas também de boletins relacionados aos próprios serviços, uma forma de circular as informações.

Com relação à produção técnica dos alunos que pode resultar do MP, deve-se definir claramente que produção é esta, ou que produtos são estes. Tomamos como referência os itens que já existem no Currículo Lattes e que se referem a Produção Técnica.

Discussão e comentários:

- O MP é presencial – educação a distância é meio, mas não modalidade de MP- aula presencial é obrigatório;
- O MP deve ser uma demanda institucional, e não deve ser demanda aberta;
- O que seria produção científica: software, patentes, normas, validação de instrumento, normas operacionais implantadas no serviço...
- Material educativo não seria produção científica e sim produção técnica;
- Defendeu-se a não supervalorização do item relevância social, lembrando que todo MP deve ter inserção social. Questionou-se a valorização de 20% para inserção social.
- Houve polêmica sobre proposta de pontuar em 20% ao invés de 10% o item inserção social, com alguns opinando ser adequada e coerente para valorizar os MP e outros defendendo que os programas acadêmicos também têm inserção social. Além disso, para MP que não dentro de mestrado acadêmico apenas a valorização da inserção social é adequada. Falou-se na dificuldade de avaliar este item e foram sugeridos vários critérios a serem levados ao comitê de avaliação.

- Pontuou-se que a produção acadêmica dos docentes nos MP não pode ser relegada, pois o objetivo é oferecer o ambiente acadêmico para os profissionais, portanto a produção técnica deve contar neste item e a produção qualificada deve ser a mesma considerada para o mestrado acadêmico. A produção técnica não pode ser considerada como científica. Deve-se diferenciar produção científica e acadêmica – valorizar a acadêmica;

- Destacou-se que a ampliação da produção técnica para 35% maior do que o acadêmico está adequado para o profissional. Além disso, a inclusão da produção técnica como científica estaria duplicando a produção técnica. Considerar certas produções técnicas como científicas para o discente está adequado, mas não para o docente.

- Discutiram-se dois pontos: 1) produção científica: dividir ou não entre o acadêmico e o MP; ainda não há posição final sobre isso. Concordou-se que a produção primária do docente contaria para os dois, acadêmico e MP. E, aquela produção com o aluno conta onde o aluno está inserido (MP ou acadêmico). Se a produção é originária dos dois, contará para os dois; 2) a princípio o MP é para ser oferecido onde o Acadêmico já está organizado; há poucos MP em nossa área não vinculados a um programa acadêmico.

- Destacou-se a in experiência da CAPES em avaliar este aspecto, bem como os produtos novos oriundos dos mestrados profissionais;

- Apresentou-se uma simulação de como seria a valorização da produção intelectual qualificada caso o item inserção social valesse 10, 15 ou 20, pois os pontos devem ser distribuídos entre 100. Depois de ampla discussão, houve uma votação que definiu que o item inserção social deve continuar com a valorização de 10% como na Ficha do Acadêmico.

Encaminhamentos sobre a Ficha de Avaliação do MP:

- com relação à polêmica sobre valorizar em dobro o item inserção social, o resultado foi continuar com o peso 10% (a proposta foi votada por 17x5). Foram propostos, ainda, os seguintes critérios para avaliação deste item: a) percentual de clientela oriunda dos serviços; b) % de convênios com as secretarias municipais e estaduais; c) avaliação de amostragem das dissertações com produtos que impactam o Sus, 4) % de financiamento oriundos de secretarias de saúde, Ministério do Saúde, etc.

- com referência a considerar certas produções técnicas no item produção qualificada dos docentes, considerou-se que neste item deve-se contar a produção mais qualificada mesmo, assim como no acadêmico, pois a produção técnica já encontra-se mais valorizada na Ficha do MP: 35%;

- as demais modificações propostas pela Comissão do MP foram aprovadas pelo Fórum de Coordenadores e devem ser levadas ao CTC para serem por ele aprovadas, devendo a Nova Ficha de Avaliação do MP ser utilizada já nesta avaliação.

14/04 - Manhã

Estatégias inovadoras em PPG em Saúde Coletiva

Foi apresentada por Ana Menezes coordenadora do PPG em Epidemiologia de Pelotas a experiência deste programa. Foi implantado o sistema de consórcio entre os alunos, com isso diminuiu o tempo médio de defesa de dissertação. No consórcio através de um estudo transversal com um instrumento único de coleta de dados contemplando todos os objetivos da turma de alunos. Esse consórcio tem permitido otimizar recursos e tempo, além de permitir um amplo controle de qualidade. O produto da dissertação é um artigo científico, fato que tem levado a uma excelente relação discente autor x alunos. O mestrado é oferecido a cada dois anos e todos os alunos inserem-se no grande projeto que estuda a região, sendo suas pesquisas parte deste.

A seleção é rigorosa, exigindo-se prova de inglês e de português, além da área temática.

Discussão e comentários:

- Comentou-se a dificuldade de reproduzir este modelo nas ciências sociais, onde a produção revela-se diferenciada e mais lenta.

- Destacou-se a importância de divulgar a produção da pós-graduação, seja de docentes, alunos e a conjunta. É um compromisso ético divulgar os resultados de pesquisas quando um percentual tão pequeno da população chega à pós-graduação financiada com fontes públicas. Deve-se incentivar esta produção e há várias estratégias que podem ser consideradas como: a alternativa da tese ou dissertação em forma de artigos que deve ser valorizada; a oferta de oficinas de redação de artigo; incentivar que os alunos insiram-se sempre nos projetos como preconiza a Capes; pequenos consórcios entre instituições de pesquisa ou programas de pós.

-Destacou-se a importância da experiência de Pelotas como exemplo de um programa bem sucedido fora do eixo dos grandes centros. Sugeriu-se uma publicação em conjunto Abrasco/Fiocruz reunindo esta e outras experiências inovadoras em Pós-graduação.

-Sugeriu-se ainda uma página onde se possa colocar informações relevantes sobre a pós-graduação, com disponibilização de documentos e não só lista de discussão;

- Solicitou-se esclarecimentos sobre o que seria importante para a produção discente. Aluisio, representante da área destacou que na avaliação o que conta para o docente é a produção de artigos científicos em periódicos indexados e não a participação em congressos. Já para os discentes os resumos, apresentação em congressos e similares pontuam para o Programa.

14/04 – 2ª parte da Manhã

Renato Janine Ribeiro, diretor de avaliação da Capes fez uma explanação de como funciona a avaliação da Capes e seu processo. Destacou alguns elementos como: Comissão de Área (eleita por 3 anos renovável). O Comitê Técnico Científico (16 pessoas com mandato de 2 anos).

A idéia é ter critérios claros que possam assegurar certa comparabilidade entre as áreas. O relator da área de saúde, por exemplo, poderá ser o de exatas.

A nova Ficha de Avaliação se aplica melhor à realidade. Inseriu-se na ficha exatamente os procedimentos do CTC. Uma planilha de indicadores economiza o tempo precioso dos avaliadores. Um item quantitativo expressa algo qualitativo. A ficha poderá ser acessada e se saber todo o histórico.

A avaliação hoje apóia-se no tripé: 1)Fichas de Avaliação mais bem escritas; 2) Transparência do processo e 3) Portal de teses (as teses em forma de artigos não precisam estar disponíveis no portal).

O segredo da nota encontra-se: na produção científica, a mais qualificada possível; orientação adequada; proximidade entre orientar, dar aulas e pesquisar. São questões importantes, pois a pós-graduação stricto sensu forma para 40, 50 anos. Dificilmente alguém fará mais de um doutorado.

Foram levantadas algumas questões pelos coordenadores como: a dificuldade de construir Qualis-livro, a diversidade da área, relação da área de saúde coletiva com a grande área, como será a avaliação para os cursos novos.

Renato Janine concordou com a dificuldade de se propor um Qualis-livro e que talvez a melhor forma seja por editora; citou o exemplo de algumas editoras que são importantes para determinadas áreas. O Qualis de editoras deve ajudar a melhorar as editoras universitárias.

Comentou que a não exista mais na CAPES situações como curso novo tem que ser 3 ou a impossibilidade de subir de 2 níveis de entre uma avaliação e outra, ou seja será possível passar de 3 para 5 se o Programa se qualificou para tal.

Hoje a Capes está discutindo mudanças importantes na avaliação que de trienal passará a quadrienal. A adoção de uma avaliação a cada 4 anos, necessitará de avaliação intermediárias, mas essa intermediária seria diferente da avaliação dos moldes atuais. Será nos moldes de visita para: doutorados 3, cursos que caíram de nota, mestrados que mantêm nível 3 por anos, para cursos novos de mestrado e doutorado, mestrados profissionalizantes.

Os indicadores sólidos das produções são periódicos.

A idéia é disponibilizar o Coleta Capes durante todo o ano e terminarmos antes o processo de avaliação.

Encaminhamentos finais do Fórum

Foi proposta a organização de uma oficina de pós-graduação no congresso da ABRASCO em Salvador em julho de 2007. (comissão: Raimunda, Salete, Tania, Madel)

O próximo fórum dever ser depois da avaliação, talvez em Belo Horizonte. Data proposta provável: 20 e 21 de novembro de 2007.

Propô-se a elaboração de uma memória dos fóruns na site da ABRASCO (Ricardo, Guilherme e Areas)

Lembrou-se que o Congresso Paulista de Saúde Pública que ocorrerá em outubro de 2007;

Ao final Aluísio Barros destacou a importância do trabalho das comissões e da discussão dos Fóruns na formalização das propostas a serem encaminhadas ao Comitê Técnico Científico e agradeceu a colaboração de todos.